

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ENTRE A RESISTÊNCIA POLÍTICA E A REVOLUÇÃO SOCIAL: a questão do Estado Moderno

André Luciano da Silva¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo explicar sobre a morfologia do Estado moderno e os limites da resistência política por meio da estrutura sociometabólica do Estado capitalista. Evidenciando que por mais que se objetive a ocupação dos espaços de poder na estrutura orgânica do Estado, o resultado não seria a emancipação humana. Aliás, que tal ação auxilia no processo de reprodução da ideia de “fim da história no capitalismo” e de “essência natural e egoísta do indivíduo social”; expondo, ideologicamente, que a sociedade capitalista não deve ser superada, mas sim, reformada em seus “eventuais vícios”. Para expor essas questões este texto parte de uma pesquisa bibliográfica em autores da teoria social crítica, os quais nos relembram sobre a morfologia classista do Estado, sua relação intrínseca com a economia e com um tipo de trabalho, e de que o horizonte é para além do capital. E, consequentemente, para além de suas estruturas.

Palavras-Chave: Estado; Resistência Política. Revolução Social.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo explicar la morfología del estado moderno y los límites de la resistencia política a través de la estructura sociometabólica del estado capitalista. Evidenciando que, por más que se apunte a la ocupación de espacios de poder en la estructura orgánica del Estado, el resultado no sería la emancipación humana. De hecho, ayudan en el proceso de reproducción del “fin de la historia en el capitalismo” y la “esencia natural y egoísta del individuo social”; exponiendo, ideológicamente, que la sociedad capitalista no debe ser superada, sino reformada en sus “posibles vicios”. Para exponer estas cuestiones, este texto parte de una investigación bibliográfica sobre autores de la teoría social crítica, que nos recuerdan la morfología clasista del Estado, su relación intrínseca con la economía y con un tipo de trabajo, y que el horizonte está más allá de la capital. Y, en consecuencia, más allá de sus estructuras.

Palabras clave: Estado; Resistencia Política. Revolución Social.

¹ Universidade Federal de Alagoas; Doutorando em Serviço Social; andre-ses2@hotmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A direção política-estratégica da luta dos movimentos sociais e sindicais na atualidade não segue uma rota contra o capital; mas, ao contrário, agem contra algumas de suas superficialidades. O que mantêm intactos os nexos conjunturais da exploração do trabalho pelo capital. E isso porque ao abandonar, progressivamente, a categoria trabalho como fundamental para a compreensão do mundo dos homens, os elementos que nutrem o sistema de exploração capitalista não são descortinados, tampouco, combatidos.

Como Mészáros (2012) relembra: Karl Marx já havia evidenciado que a esfera da política¹, dada a sua natureza parcial, não tem a função de realizar uma transformação radical das condições dos antagonismos sociais na sociedade capitalista. E isso porque, a ação da política “nega o social” – o seu real movimento – e perpetua o caráter antagônico da base social, onde o Estado age através de sua estrutura política, corretiva e punitiva mantendo e reproduzindo as raízes da exploração e dominação.

Aliás, a centralização na política não possibilita compreender que o Estado moderno age como um instrumento necessário à reprodução do capital, que é um dos “administradores” das crises do capital; que transfere para outrora as deficiências estruturais deste sistema socioeconômico e, tampouco, possibilita entender a relação entre Estado moderno, capital e trabalho abstrato, ou seja, a relação do Estado com a economia na sociedade capitalista.

Todavia, seria injusto não reconhecer que a direção dos movimentos sociais atuais pela ocupação de espaços de poder no sistema organizacional estatal não seja também oriunda de interpretações aleatórias dos cadernos e das cartas carcerárias de Antônio Gramsci – sobretudo de algumas categorias como: revolução passiva, hegemonia, Estado, sociedade civil etc. – que somadas aos anseios pós-modernos direcionam a luta dos movimentos sociais para os aspectos políticos, micros, particulares e subjetivistas. Elementos estes que cortinam a efetiva luta contra o sistema capitalista e faz perder de vista a possibilidade da emancipação humana.

Posto isso, apreender a gênese do Estado e sua relação com a economia capitalista, ou seja, compreender a relação entre Estado moderno, capital e trabalho abstrato é basilar para retomarmos a centralidade do trabalho e o caminho da emancipação

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

humana. O que também possibilita evidenciar os limites da resistência política da ala progressista dos movimentos sociais e sindicais em tempos atuais.

Para isso, no primeiro momento deste artigo, recorre-se à obra do filósofo húngaro Georg Lukács, **Para uma Ontologia do Ser Social (Segunda Parte – O trabalho) (SD)**, que partindo dos ensinamentos de Karl Marx e de Engels, explica, além de outras questões, o porquê de o trabalho ser a categoria fundamental para a compreensão do ser social e o modelo das demais práxis sociais. Já no segundo momento, para compreender a gênese, a natureza ontológica do Estado, utilizou-se da obra de Friedrich Engels – **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (2012)** – na qual o autor expõe, historicamente, a origem do Estado e sua relação com as classes sociais; evidenciando-nos tal instituição como um órgão especial de repressão e de controle funcional às classes dominantes. No próximo momento, analisa-se a obra do húngaro István Mészáros – **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição (2006)** – que esclarece a relação do Estado moderno, do capital e do trabalho abstrato no capitalismo maduro; explanando a sua intrínseca relação com o processo de exploração do trabalho pelo capital no século XX. Por fim, em nossas considerações finais, relembramos com Mészáros os sete pontos fundamentais que auxiliariam a formação de uma real ofensiva socialista para ultrapassar o capital e sua estrutura em direção a emancipação humana.

2 O TRABALHO COMO GÊNESE DO SER SOCIAL E MODELO DAS DEMAIS PRÁXIS SOCIAIS EM GEORG LUKÁCS

Quando se fala em trabalho na atualidade, o senso comum logo conceitua emprego. De fato, nas sociedades mais complexas, como a capitalista, trabalho se tornou sinônimo de emprego – o assalariamento de atividades que podem ou não ser trabalho. Contudo, como a própria semântica – campo da linguística – nos ensina, sinônimo não significa identidade; mas coisas que ganham sentidos parecidos. E é esse véu ideológico e polissêmico que repousa sob a sociedade hodierna a respeito do trabalho que deve ser retirado diariamente.

O *trabalho* que nos referimos é a atividade humana originária – teleológica e ativa – que orientada para manipular parte da estrutura própria da Natureza pretende atender a uma necessidade do homem que se encontra já pré-idealizada em sua mente, mas que só

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

se concretiza, de fato, através da ação das forças físicas e motoras dos homens na realidade.

Em outras palavras: trabalho é uma atividade consciente do homem sobre a Natureza que implica na criação de algo que *em si e por si* não existia, mas que passa a existir após ser resultado do ato do trabalho. Por exemplo, uma pedra, um pedaço de madeira e uma tira de cipó na Natureza só passam a ser um machado quando tais elementos são trabalhados; quando o homem, compreendendo as propriedades desses objetos, organiza-os conscientemente e cria algo novo – o machado. *Posto isso, trabalho é a ação humana teleologicamente consciente e ativa que se dirige a uma série causal – à Natureza – e que tem uma necessidade do homem como seu objetivo e produto.*

Ora, os demais animais também podem intervir sobre a Natureza para atender uma dada necessidade – um João-de-Barro para se proteger de predadores e se reproduzir, por exemplo, constrói sua casinha colhendo os materiais necessários na Natureza. De fato, há aí modificação da Natureza, porém, a diferença crucial é que enquanto a intervenção do homem constrói e reconstrói conscientemente as suas casas na mente antes de concretizá-las no real; o João-de-Barro age instintiva e biologicamente como um ato de reprodução e adaptação mecânicas ao seu ambiente natural. Ou seja, enquanto os João-de-Barro continuam construindo suas casinhas da mesma forma; os homens constroem conscientemente e concretamente edifícios, arranha-céus, brinquedos etc. Assim, o trabalho, no sentido aqui exposto é a atividade que projeta o homem para além da adaptação à Natureza. Posto isso, são ações sobre a Natureza ontologicamente diferentes.

No processo de trabalho, como vimos, o homem põe conscientemente objetivos/finalidades e age sobre uma série de elementos da Natureza. Nesse contexto, enquanto a finalidade posta pelo homem é a manifestação da *teleologia*; a Natureza, por sua vez, expõe a *causalidade* – um princípio de movimento autônomo que repousa sobre si mesmo. Assim, *a consciência põe em ação o processo teleológico que dá início a um processo real.*

Georg Lukács em sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social* explica que no processo de trabalho, a categoria teleologia é operante – tem existência concreta, real; porém é necessário que ela entre em contato com a causalidade, a Natureza. Assim, o processo do trabalho é a ação teleológica sobre a causalidade onde: “[...] para produzir

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

essa interação enquanto realidade, deve transformar a causalidade sem alterar a essência, em uma causalidade igualmente posta (pelo sujeito)” (LUKÁCS, s/d, p.14). Por isso, o trabalho é a relação entre teleologia (homem) e causalidade (Natureza). A segunda são os meios, os instrumentos; a primeira põe os fins, os objetivos para produzir ao final algo novo, um produto.

É nessa relação crucial entre homem e Natureza que nasce o novo; mas advirta-se, não apenas o novo-objeto – o produto idealizado e concretizado na realidade pelas mãos, cabeça, pernas, nervos etc. do homem, a casa do nosso exemplo acima; mas também o novo-sujeito – o ser social. E isso por que no processo de trabalho não se produz apenas novos objetos, mas o próprio sujeito se autoconstrói visto que ele não será o mesmo que antes, pois, se mune de novos conhecimentos e instrumentos e evolui.

É esse novo ser que, qualitativamente diferente dos demais seres existentes, cria com ele uma nova esfera, a social, e se soma, dialeticamente falando, às demais esferas já existentes: a inorgânica (constituída pelo reino mineral) e a orgânica (composta pelos reinos animal e vegetal). Todavia, essa nova esfera, mesmo apresentando características qualitativamente diferentes das demais, não perde suas relações estruturais com elas. E isso por que: o ser social não deixa de ser constituído por elementos inorgânicos e orgânicos, o que acontece de fato é o distanciamento dessas barreiras, pois ao passo em que os homens vão atendendo as suas necessidades – através do trabalho – surgem novas e mais complexas necessidades e cada vez mais sociais os homens se tornam.

Nesta engrenagem de crescente ampliação das ramas do trabalho, outros complexos surgem com e em decorrência do ato do trabalho, por exemplo, a sociabilidade, a linguagem (enquanto processo articulado de comunicação), a divisão social do trabalho, etc. são complexos categoriais indispensáveis para o espraiamento do processo de trabalho; o que implica dizer que o trabalho se projeta para além dele, pois exige a constituição de novos complexos. Porém, e na verdade, tais complexos supõem que o próprio trabalho tenha sido realizado. Ou seja, ontologicamente falando, é o trabalho que exige esses complexos e tem em suas genéticas a marca do trabalho como elemento de sua gênese.

[...] todas as outras categorias desta forma de ser [do ser social] têm já, essencialmente, um caráter puramente social, suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações

PROMOÇÃO



APOIO



delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já consumado. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto de trabalho, etc.) como orgânica [...] [que] assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, s/d, p.04).

É sob esses aspectos ontológicos que Georg Lukács apresenta o trabalho, em seu sentido originário, como o modelo das demais práxis sociais. Entende o trabalho como a *posição teleológica primária* e as demais práxis como *posições teleológicas secundárias*, as quais, numa relação dialética, produzem o *complexo da totalidade social*. Todavia, isso implica dizer que se por um lado a totalidade social não se resume ao trabalho, por outro, tem nele o seu ponto fulcral e originário.

E é mediante essa premissa, resgatada nos textos de Karl Marx e de Friedrich Engels, que Lukács expõe e reforça a observação marxiana da permanente presença do trabalho enquanto relação metabólica entre homem e Natureza nas sociedades mais evoluídas. Expondo essa relação como condição eterna e ineliminável de todas as sociedades, da mais primitiva, como na comunidade primitiva, às mais complexas, como a sociedade capitalista. Por isso, não passa de um engodo falar em “fim do trabalho”, pois é justamente por ele e através dele que se constituem os fenômenos categorias mais complexos. O que cabe é identificar e expor, na própria constituição das formações sociais, a existência do trabalho original, o qual convive com as novas configurações da produção e reprodução social; contudo, não se confunde com elas, pois suas características peculiares é o que torna o trabalho o motor da vida social.

3 A GÊNESE E A ESSÊNCIA DO ESTADO EM ENGELS

Não é por acaso que Friedrich Engels em sua obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (2012) parte do trabalho, das relações produtivas historicamente determinadas, para explicar, dentre outros elementos, o surgimento da propriedade privada, da exploração do homem pelo homem e da criação do Estado. Evidenciando que ‘o Estado é uma criação típica dos homens (do ser social), um instrumento necessário à manutenção da exploração do homem pelo homem, útil à reprodução e ao controle das sociedades de classes’. Por isso:

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é 'a realidade da ideia moral' nem 'a imagem e a realidade da razão' como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento, é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devam e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2012, p. 213).

A gênese do Estado está atrelada à necessidade de um órgão controlador da população e defensor da propriedade privada que possa assegurar na sociedade, seja pela repressão, através da força de polícia, seja pelo consenso das massas, através do seu aparelho ideológico, os interesses das classes dominantes. Pois, como Engels explica, para manter a ordem entre os indivíduos, foi preciso também criar uma força de polícia, e "Essa força pública existe em todo Estado; é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo o gênero" (ENGELS, 2012, p. 214). E ela se fortalece na medida em que os antagonismos de classes crescem e quando a população aumenta numericamente. Para sustentar o Estado e o seu aparelho coercitivo e ideológico têm-se os impostos – a cobrança exigida por parte do cidadão para manter a operabilidade estatal. E estes são recolhidos pelos funcionários públicos. Ou seja, "[...] pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem" (ENGELS, 2012, p.216).

Engels despe o Estado demonstrando a sua lógica e a sua essência classista. Desmentindo a sua neutralidade que o poria acima das classes e expondo-o como um órgão necessário à classe dominante, às classes poderosas econômica e politicamente:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter os antagonismos das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é por regra, o Estado da classe mais poderosa da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado(ENGELS, 2012, pp. 215-216).

PROMOÇÃO



APOIO



Engels compreende que o Estado nem sempre existiu, que: “Houve sociedades que se organizaram sem ele, [que] não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. [Porém] Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade” (ENGELS, 2012, p.214).

É diante desta premissa que o autor afirma que da mesma forma que este mecanismo de dominação surgiu, assim como as classes sociais e a exploração do homem pelo homem, eles desaparecerão inevitavelmente quando a sociedade, “[...] reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze” (ENGELS, 2012, p.208).

Posto isso, por ser um construto humano típico das sociedades de classes, o Estado jamais poderá existir numa sociedade que almeje a emancipação humana. Pois, a sua essência é reproduzir, controlar e manter a exploração do homem pelo homem. E na sociedade capitalista madura, com o Estado moderno, não é diferente.

4 A RELAÇÃO ENTRE ESTADO MODERNO, CAPITAL E TRABALHO ABSTRATO NA ECONOMIA CAPITALISTA SEGUNDO MÉSZÁROS

István Mészáros em *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição* (2006), além de outros pontos também importantes, aprofunda as apreensões de Marx, de Engels e de Lukács acerca do trabalho, do trabalho abstrato, da economia, do Estado e de suas funções, analisando-os na sociedade capitalista madura.

Segundo Mészáros, apropriando-se do ‘método marxiano’, o Estado moderno, ou seja, o Estado na sociedade capitalista consolidada, não é apenas um instrumento de classe, mas um autêntico instrumento de reprodução do próprio capital. E isso porque, segundo o autor: “A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (MÉSZÁROS, 2006, p.106), visto que, o Estado realiza uma ‘ação corretiva’ na estrutura problemática do sistema do capital, pois, a “Sua função é retificar [...] onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital” (MÉSZÁROS, 2006,



p.107). Assim, o Estado é intrínseco a operabilidade do capital, pois busca “corrigir” e manter o sistema.

Essa ‘estrutura corretiva’ do Estado se apresenta em três aspectos estruturais do capital: produção-controle; produção-consumo e produção-circulação.

Em relação ao primeiro aspecto, Mészáros explica que o Estado moderno sanciona e protege “o material alienado e os meios de produção [...] e suas personificações, os controladores individuais [...] do processo de reprodução econômica” (MÉSZÁROS, 2006, p.107). Quer dizer: o Estado moderno, através de sua estrutura jurídico-política é pré-requisito indispensável para o funcionamento do sistema do capital, pois, neste caso, o seu maquinário legal, estabelecendo e protegendo as relações da efetividade do capital, separa a propriedade – os meios de produção, as máquinas etc. – dos produtores, e regula, através do seu arcabouço jurídico-político, a dominação da força de trabalho da sociedade.

No segundo aspecto – produção-consumo – o autor esclarece que o Estado moderno busca “sanar” esse problema através da radical alienação do controle dos produtores, inculcando-lhes uma impressão de que há uma unidade coesa, de que há uma ordem social saudável e benéfica para todos. Propagandeando a ideologia de ‘soberania do consumidor’, consumidor/consciente etc. Omitindo, por sua vez, a verdade de que é o trabalhador quem produz a riqueza e a ideia do “trabalhador como consumidor desempenha um papel de grande importância no funcionamento saudável do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2006, p.110). Neste contexto, o Estado também age como um comprador/consumidor direto, em escala sempre crescente, das mercadorias produzidas. Na educação, na saúde, na habitação etc., ele age; “atenuando assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação da produção e do consumo” (MÉSZÁROS, 2006, p.110).

Neste sentido, o Estado moderno contribui para a expansão e acumulação do capital, agindo como um comprador direto das mercadorias produzidas pelo sistema e diminuindo os antagonismos existentes nas relações entre produção-consumo. Ou seja, não faria sentido produzir sem que houvesse um comprador, *daí entra o Estado como um grande comprador dessas mercadorias*.

O terceiro aspecto diz respeito à produção-circulação. Mészáros expõe que o Estado moderno cria a circulação necessária à efetividade do capital de duas formas: na política

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



interna o Estado age introduzindo medidas legais antimonopolistas, desencadeadas num processo de concorrência entre várias unidades socioeconômicas, impedindo a concentração e a centralização do capital nas mãos de poucos e dando possibilidades a outras unidades de produção ainda com potencial. Já no plano internacional, o Estado nacional age em conformidade com os interesses monopolistas de seu capital nacional, pois “No domínio da competição internacional, quanto mais forte e menor sujeita a restrições for a empresa econômica que recebe o apoio político [...], maior a probabilidade de vencer seus adversários reais ou potenciais” (MÉSZÁROS, 2006, p.113).

Daí, os Estados nacionais agem de forma monopolista no exterior e, de acordo com a dinâmica da acumulação do capital, adotam medidas legais antimonopolistas no interior dos Estados. Todavia, em relação à política interna, Mézáros adverte que aquelas medidas, “[...] são postas de lado sem a menor cerimônia no instante em que a alteração dos interesses do capital nacional assim o decretar” (MÉSZÁROS, 2006, p.113).

Nesta conjectura, a ação corretiva do Estado moderno, apesar de ser indispensável para o funcionamento do capital, “corrigindo” alguns dos seus antagonismos latentes, **“só pode assumir a forma de um equilíbrio estreitamente temporário – e não a esperada resolução do conflito”** (MÉSZÁROS, 2006, p.114, grifo meus). O Estado moderno age administrando doses homeopáticas na economia, e não consegue de fato solucionar os conflitos inerentes à estrutura problemática do capital.

Desta tese Mézáros tece duas observações fundamentais: a primeira, que o Estado moderno “mantém” sobre controle os antagonismos da estrutura conflituosa do capital, porém não os eliminam; a segunda, que seria um equívoco compreender o Estado como idêntico à estrutura de comando do capital, pois “O capital é um modo de controle sociometabólico historicamente específico, cuja estrutura de comando deve ser adequada em todas as esferas e em todos os níveis, por não poder tolerar absolutamente nada acima de si” (MÉSZÁROS, 2006, p.124). Assim, Estado e capital não são idênticos, pois, segundo Mézáros enquanto o Estado moderno consiste num modo singular de controle sociometabólico que necessita de uma estrutura de comando política adequada; o capital, por sua vez, é o seu próprio sistema de comando, sendo o Estado uma parte deste comando. Ou seja: o Estado moderno – comando político abrangente do capital – é parte do comando do capital – agindo como pré-requisito necessário para ‘corrigir’ os

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

antagonismos estruturantes do capital. Desse modo, o Estado moderno é parte da “base material” do sistema do capital, como uma das suas próprias unidades reprodutivas socioeconômicas.

Outro ponto distintivo também importante elencado pelo autor é que o Estado não é autônomo em relação ao capital; todavia ele não é redutível às determinações econômicas do capital. Isto se explica pelo fato de que o capital depende metabolicamente do Estado, aquele implica neste, e este age dando as condições para a operabilidade daquele. Assim, ambos são interdependentes. No entanto, o Estado age também como instrumento ideológico através de seus organismos reprodutivos, e possui também uma superestrutura legal e política, que não é idêntica à superestrutura ideológica. **Assim, o que se percebe é que o Estado moderno pertence tanto à estrutura – como parte da “base material” – como à superestrutura - executando a ação de instrumento ideológico, legal e político.**

Mais um ponto fundamental apresentado pelo autor é que **o sistema do capital não tem um sujeito**, pois “os próprios atores humanos como ‘controladores’ do sistema estão sendo de modo geral controlados e, portanto em última análise não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema” (MÉSZÁROS, 2006, p.126). As pessoas que ocupam os altos escalões da estrutura de comando do capital, os capitalistas, os burocratas dos partidos, são as “personificações do capital”. E este efeito é inevitável visto que a radical separação entre produção e controle no sistema do capital sujeita os indivíduos ao próprio sistema. Assim, **o capital é um controle sem sujeito**, onde “os supostos controladores” são controlados pelas exigências do próprio capital que se baseia por meio da alienação do controle dos produtores, degradando o sujeito real da reprodução social à condição de objetividade reificada – um mero ‘fator material da produção’.

Mészáros explica ainda que o capital carece de suas ‘personificações’ para mediar e impor seus imperativos objetivos como se fossem ordens conscientemente exequíveis sobre o sujeito real. Nestes termos, o trabalho é submetido às exigências do capital que opera por um controle sem sujeito e que ao mesmo tempo controla os controladores – as suas ‘personificações’. E, por sua vez, o Estado “oferece a garantia fundamental de que a recalcitrância e as rebeliões potenciais não escapem ao controle” (MÉSZÁROS, 2006,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

p.126). Utilizando-se dos meios políticos e legais e agindo como paliativo às piores consequências do capital, o Estado moderno viabiliza o exequível processo do capital.

Ao mesmo tempo em que ocorrem as condições objetivas do colapso estrutural do capital, se abrem ‘novas válvulas de escape’, às quais recolocam no jogo as relações capitalistas, ocasionando a sua estabilização e a sua expansão. Outro fator dessas válvulas é também as estratégias práticas do movimento da classe trabalhadora que retrocederam o combate ao capital. No entanto, essas “escapadas do capital” não excluem a exploração, mas a intensifica, pois elas não se livram dos limites estruturais e contraditórios do próprio capital. **Tais limites apenas se expandem historicamente, deslocando as contradições do capital para outrora, porém jamais os eliminando.** Neste contexto, “o capital pode assumir uma multiplicidade de formas mistas ou ‘híbridas’ [de exploração] e tudo isso ajuda a estender sua sobrevida” (MÉSZÁROS, 2006, p. 591). Ou seja, a exploração do trabalho pelo capital é sustentada e, sobretudo, intensificada.

Essa estratégia faz com que a totalidade extensiva do capital não esgote a sua totalidade intensiva, pois “as mudanças históricas no modo de explorar as classes trabalhadoras ‘metropolitanas’ como nos seus diferentes modos de dominar o mundo colonizado e subdesenvolvido” (MÉSZÁROS, 2006, p.591), são algumas das formas em que o capital encontrou para sobreviver, reproduzindo-se e se expandindo não apenas para os continentes, mas explorando dentro dos países e entre os países.

Mészáros analisando esses deslocamentos das contradições estruturais do capital, aponta que houve um redirecionamento da produção de necessidades genuinamente humanas em prol da fabricação de necessidades que reproduzam o próprio capital. Por exemplo, a emergência de um complexo militar-industrial nas primeiras cinco décadas do século XX, que proporcionou a auto reprodução do capital e alavancou a produção e o consumo aos custos das barbáries das Guerras Mundiais.

Aí se observa a essência contraditória do capitalismo – a necessária subordinação do valor de uso ao valor de troca, onde os reais apetites dos consumidores são condenados e ignorados. A demanda real, a necessidade humana, é trocada pela fabricação de demandas aptas ao fortalecimento do capital, mesmo que para isso se crie a necessidade do complexo militar-industrial, o qual desemboca num consumo destrutivo da humanidade. E é destrutivo, visto que “consumo e destruição vêm a ser equivalentes

PROMOÇÃO



APOIO





funcionais do ponto de vista perverso de realização capitalista” (MÉSZÁROS, 2006, p. 679). Assim, em contraposição ao consumo normal – o consumo humano de valores de uso correspondente às necessidades humanas básicas –, o consumo destrutivo adota a mais radical forma de desperdícios, pois a destruição direta de vastas quantidades de riqueza acumulada e de recursos elaborados é a maneira dominante de se livrar do excesso de capital superprodutivo.

E nesse contexto, as ciências e as tecnologias tendem a perpetuar as práticas capitalistas viáveis, jogando papéis importantes na criação de novas necessidades, substituindo as naturais. E o Estado moderno, por sua vez, legitima esse consumo através da manipulação da opinião pública, através dos meios de comunicação de massa etc. Assim, o Estado protege e legitima político-ideologicamente tal estrutura destrutiva. E, obviamente, a reprodução do capital, com seu inegável aumento da produção, entram em contradição quando está se dirige a uma condição destrutiva da humanidade.

Porém, como Mézáros adverte as contradições do capital não são abolidas, apenas, estendidas temporal e estruturalmente, representando um “[...] *continuum* depressivo, que exhibe características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda e acentuada” (MÉSZÁROS, 2006, p.697, grifo do autor), do capital.

Ademais, no processo da reprodução do capital, a exploração contínua da força de trabalho é intensificada, visto que a relação de extração da mais-valia relativa – motor da exploração capitalista –, e a exploração desumana da mais-valia absoluta, “ponto de partida e [...] fundamento necessário para a variante mais refinada [...] da exploração capitalista” (MÉSZÁROS, 2006, p.681), ampliam consideravelmente o capital e retardam as suas condições internas e contraditórias. Esta última se dá com a exploração neocolonial, onde os países capitalistas avançados exploram os países em subdesenvolvimento forçado.

5 CONCLUSÃO

Lukács apreende o trabalho como a categoria fundante do ser social e como modelo das demais práxis sociais, oferecendo-nos, assim, a pedra de toque necessária para

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



compreendemos o Estado. Engels expõe a essência do Estado como um construto humano essencial das sociedades de classes, analisando a origem da sua criação. E por fim, Mézáros afirma o Estado moderno como um instrumento necessário à produção e reprodução do capital, como “administrador” das crises do capital, porém, apenas transferindo para outrora as deficiências estruturais deste sistema socioeconômico, visto que o capital é irreformável.

Neste contexto, a relação entre Estado, capital e trabalho abstrato é óbvia, pois, o capital – como um sistema de controle socioeconômico – se nutre da extração da mais-valia relativa e absoluta produzida no trabalho humano que é legitimada pelo Estado através de seu aparato jurídico-político e por sua estrutura ideológica. Ao mesmo tempo, este órgão especial de controle social age como um instrumento necessário à manutenção e reprodução do capital, “corrigindo” as suas estruturas deficitárias, a exemplo das relações: produção/consumo, produção/controlado e produção/circulação, e assim salvando, temporariamente, o capital de suas estruturais crises.

O papel do Estado moderno na reprodução do capital não elimina as contradições estruturais deste sistema, mas recoloca na ordem do dia as relações capitalistas, que por sua vez, proporcionam não só a expansão do capital, mas também a intensificação da extração da mais-valia relativa e absoluta do trabalho. Estas ‘escapadas temporárias do capital’ também são beneficiadas pelas ações práticas dos movimentos sociais e sindicais atuais que redirecionaram sua luta, não contra o capital, mas se apossando politicamente de sua estrutura, do Estado tentando humanizar a “sanha do capital”.

Esta deslocação para a esfera da política não toca na essência da exploração do homem pelo homem, já que o Estado não é o capital, este é maior que o Estado. O que cabe perguntar: a luta estratégica estritamente na esfera da política possibilitaria a emancipação humana?

Na “teoria política de Marx”, diz Mézáros, há sete pontos para responder à questão de qual a força da sociedade teria as condições de abolir o Estado, o capital e seu tipo de trabalho – o trabalho abstrato e assalariado: **primeiro:** o Estado e a política não podem ser abolidos por decreto, nem por medidas político-administrativas, **segundo:** a revolução não pode ser apenas política, mas também social; **terceiro:** as revoluções sociais, diferentemente das revoluções políticas, devem remover a contradição entre parcialidade e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



universalidade, contrariando as últimas revoluções que submetiam toda a sociedade à regência da parcialidade política em favor das classes dominantes; **quarto**: o sujeito social da emancipação é o proletariado, pois ele “é forçado, pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter a ordem social dominante” (MÉSZÁROS, 2006, p.566); **quinto**: as lutas políticas e socioeconômicas são uma unidade dialética, assim não se pode negligenciar nenhuma das dimensões; **sexto**: é necessário que existam condições objetivas para a implementação das medidas socialistas; e **sétimo**, a revolução social deve ser global/universal, e não local e nacional.

O que Mézáros explica é que para Marx, a política, ou uma revolução política, não pode transcender o capital; apenas com a Revolução Social, como Marx a descreve, o Estado, o capital, e o trabalho servil ao capital podem ser eliminados.

Assim, compreende-se que a esfera da política tem uma ação limitada, já uma Revolução Social pode pôr em processo uma transformação estrutural e radical de todo o sociometabolismo do capital. Pois, como diz o autor de *Para além do capital*: não nos interessa a transcendência/superação do capitalismo, mas do capital, não do Estado capitalista, mas do Estado, não do trabalho assalariado, mas da divisão do trabalho.

REFERÊNCIAS

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUKÁCS, G. O trabalho. In: **Para uma Ontologia do Ser Social**. Tradução de Ivo Tonet. S/D.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2006.

ⁱ Na teoria política de Marx, segundo Mézáros (2006), uma revolução política não pode transcender o capital, mas apenas quebrar as garantias de sua organização formal, ou seja, as tarefas imediatas. É apenas com a Revolução Social como Marx a descreve que o capital pode ser eliminado, transcendido, superado. Neste contexto, compreende-se que a política tem uma ação limitada, enquanto uma Revolução Social pode pôr em processo uma transformação estrutural e radical de todo o sociometabolismo do capital.

PROMOÇÃO



APOIO

